



INFORMATIVO



O TUIUTI

**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

**280 anos da chegada do Brigadeiro José da Silva Pais a Rio Grande -100 anos da entrada
do Brasil na I GM**

ANO 2017

Março

Nº 207

A QUEDA DO GOVERNO JOÃO GOULART EM 31 DE MARÇO DE 1964

Por ocasião do 53º Aniversário da Contra-Revolução Democrática de 31 de março de 1964, transcrevemos a reportagem da Revista O Cruzeiro, de 10 de abril de 1964, que se reporta ao discurso do Presidente João Belchior Marques Goulart aos sargentos. Fala realizada no Automóvel Clube do Brasil, a qual agravou a já deteriorada situação político-ideológica do Executivo.

O Cruzeiro - 10 de abril de 1964 - Edição extra

Fala aos sargentos: Princípio do fim
Texto de Glauco Carneiro - Fotos de João Rodrigues

Perante mil sargentos das Forças Armadas e Auxiliares, o Sr. João Goulart, em violento discurso, pronunciado na noite de segunda, tornou irreversível sua posição de esquerda e desencadeou, graças a essa definição, feita em termos candentes, a movimentação das forças que o derrubaram. Consideraram os chefes da revolta que, transigir mais com a posição ostensiva do Sr. Goulart, seria decretar a morte da democracia. O discurso de Jango, a 30 de março, foi o começo do fim.



A ENTRADA de Jango foi cercada do entusiasmo de subtenentes e sargentos da Associação, que se reuniam no Automóvel Clube.

Ênfase de Jango: ato final

Na opinião unânime dos chefes da "Revolução Libertadora pela Democracia", a

reunião a que compareceu o Sr. João Goulart na noite de segunda-feira, quando acesas estavam ainda as paixões ocasionadas pela rebelião dos marinheiros, foi a gôta d'água que fêz transbordar o copo. E o que houve nessa reunião?

Há alguns meses a Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Ministério da Justiça (a que optou pelo serviço federal) convidara o Sr. João Goulart para se fazer presente à festa do 40º aniversário da entidade, convite este adiado, a pedido do próprio Sr. Goulart, para outra oportunidade. Sentindo, porém, o Presidente, que se avolumavam as críticas contra a sua orientação julgada “quebrantadora da hierarquia e disciplina militares”, principalmente no caso dos marinheiros chefiados pelo Cabo José Anselmo, quis dar uma demonstração de força e prestígio junto aos escalões menores das Forças Armadas, aceitando a homenagem que lhe seria prestada pelos subalternos sediados na Guanabara, que aceitavam a sua orientação. A reunião da ASSPM realizou-se, portanto, com oradores inflamados e com discursos que repisaram, invariavelmente, a mesma tecla: reformas. E reformas nas próprias Forças Armadas. Chegou mesmo a ser vaiado o Sargento Ciro Vogt, um dos oradores, que se atreveu a fazer reivindicações e agradecer ao Sr. Goulart benefícios prestados à classe dos sargentos. Foi vaiado porque, conforme declarou, respeitava os regulamentos disciplinares e se sentia impedido de fazer declarações políticas.



FALA o Min. Jurema. A seu lado: o Ministro da Marinha, o Subtenente José Delmondez, o presidente João Goulart, Ministros Amauri Silva e Expedito Machado e o General Genaro Bontempo.

O discurso do Sr. João Goulart nessa reunião, realizada no Automóvel Clube, foi considerado pelos observadores como o mais violento de sua carreira, acusando seus adversários de subsidiados pelo estrangeiro e prometendo as devidas “represálias do povo”.

A exaltação do ambiente, carregada ainda mais pela presença de agitadores comunistas, atingiu o auge quando da chegada do Almirante Cândido Aragão e do Cabo José Anselmo, tendo-se ambos abraçado sob os aplausos gerais.

Anselmo quis falar à força na reunião, só sendo impedido por interferência direta do Gabinete Militar de Goulart.

Os chefes militares avaliaram a repercussão de uma reunião como essa, em que a hierarquia cedeu lugar a uma indisciplinada confraternização, e decidiram deflagrar a revolta. O discurso de Jango fôra o último pronunciado como Presidente.

POR QUE JANGO CAIU



O PRESIDENTE João Goulart escolheu o caminho. Trocou o mandato por uma liderança revolucionária e esquerdista. Aqui aparece com D. Maria Tereza e os Srs. Darcy Ribeiro e Oswaldo Pacheco, este, líder do CGT, no comício do dia 13 de março, o início do processo de sua queda.

O Sr. João Goulart perdeu o jogo no momento em que, abandonando a tática da conciliação política, que prevaleceu nos dois primeiros anos de

seu govêrno, preferiu comandar ostensivamente o esquema da esquerda radical que tinha numa entidade juridicamente ilegal, o Comando Geral dos Trabalhadores, o centro de suas atividades revolucionárias.

Chegando ao Poder pela sua extraordinária habilidade política, usada principalmente no amaciamento dos impulsos revolucionários do seu cunhado Leonel Brizola e de uma paciente e longa viagem da Ásia a Porto Alegre quando ganhou tempo para assumir de modo pacífico a Presidência vaga com a renúncia de Jânio, o Sr. João Goulart passou a estruturar um dispositivo de segurança baseado em alguns oficiais de sua confiança pessoal.

Este dispositivo teve que ser revisto mais de uma vez. As contingências do regime parlamentarista obrigaram o Presidente Goulart a manter no Ministério da Guerra o General Nelson de Melo, notoriamente anticomunista. Derrubado o sistema parlamentar de governo, através de uma intensa pressão política, sindical e militar, pôde, então, o Sr. João Goulart preparar o caminho para sua futura aliança total com as esquerdas.

A Marinha e a Aeronáutica passaram a ter, a partir do primeiro ano de governo presidencialista, comandos fiéis ao Presidente. O Ministério da Guerra foi entregue, então, ao General Amaury Krueel, amigo pessoal do Presidente mas oficial tão anticomunista quanto o seu antecessor na Pasta. O Sr. Leonel Brizola iniciou, então, e vitoriosamente, uma intensa campanha, pelo rádio e televisão, contra a permanência de Krueel no comando-geral do Exército.

O General legalista Jair Dantas Ribeiro foi convocado para assumir o Ministério da Guerra. Construiu, então, um esquema militar inteiramente legalista e anticomunista, substituindo mais de cem comandos em todo o território nacional.

Para manter, porém, um dispositivo militar esquerdista, fiel às reformas econômicas que propunha e à sua futura aliança com a esquerda, o Sr. João Goulart levou para a chefia de seu gabinete militar o General Assis Brasil. Aí começou a estruturação de uma ampla frente esquerdista, política, sindical e militar, sob a orientação política da Casa Militar da Presidência.

Há um ano e meio das eleições presidenciais o Senhor João Goulart recusava-se a conversar sobre a sua sucessão. O Sr. Juscelino Kubitschek, que seria o candidato natural do esquema governista, teve seu nome sumariamente vetado pelas forças esquerdistas mais radicais, que obedeciam ao comando do Deputado Leonel Brizola. Deu-se o esvaziamento da candidatura Kubitschek e o crescimento da candidatura Lacerda, na área oposta.

As lideranças políticas, inclusive as mais próximas do Presidente Goulart, passaram a desconfiar das intenções continuístas do chefe trabalhista. O PSD não lhe dava cobertura parlamentar para as reformas. A UND liderava, no Congresso, a anti-reforma. Estruturava-se, assim, um dispositivo de defesa do regime democrático, que os principais partidos e vários governadores comandados por Adhemar e Lacerda puseram a funcionar inicialmente na área puramente política para, mais tarde, ganhar a consciência e o apoio das Forças Armadas.

O Governo fez várias tentativas de contenção desse dispositivo oposicionista. Mal aconselhado tanto política quanto militarmente, o Sr. João Goulart contava, apenas, com apoios populares, suportes sindicais e sua intuição e habilidade política para sobreviver. A inflação se agravava, desmoronavam-se os planos administrativos do Governo.

Necessário que o Presidente apressasse sua aliança com as esquerdas, passasse a comandá-las ostensivamente a fim de ocupar o espaço de tempo, os dois meses que separavam a primeira quinzena de março da oficialização da candidatura Lacerda, já

marcada para princípios de abril. Com a candidatura Kubitschek já lançada pelo PSD, restava ao Sr. João Goulart fazer a sua opção: ou marcharia com ela, ou concentraria seus esforços para a esquematização de uma candidatura esquerdista com tintas democráticas. Ele desprezou a solução eleitoral e decidiu romper a barreira da conciliação política, indo ao encontro das lideranças identificadas com o pensamento marxista.

Estaria absolutamente convencido o Presidente Goulart de contar com apoios militares para essa jogada? Estaria certo que as forças militares dariam cobertura, ao menos parcial, às teses defendidas pela esquerda radical e comunistas no palanque armado em frente ao Ministério da Guerra no dia 13 de março? O simples fato da presença do General Jair Dantas Ribeiro naquele palanque não autorizava a ninguém a acreditar que Exército, Marinha e Aeronáutica estavam solidárias com a nova posição do Presidente da República.

A partir do comício do dia 13 radicalizaram-se as posições políticas e as Forças Armadas começaram a sensibilizar-se. O Decreto de desapropriações de terras, o do tabelamento dos aluguéis, o de encampação de refinarias de petróleo foram os dados menos importantes na crise que se armava.

Para exercer a sua autoridade de Presidente da República e para tomar medidas administrativas até mesmo reformistas, o Sr. João Goulart contava, ao menos aparentemente, com a cobertura militar do esquema montado pelo Ministro Jair Dantas Ribeiro. Mas o próprio Ministro confessava, em conversas confidenciais, que não teria condições para mobilizar seus comandos no sentido de prestigiar uma solução golpista para o problema sucessório, nem de esquerda, nem de direita.

Na realidade - verificou-se mais tarde - O Presidente Goulart não tinha estruturado um dispositivo militar de esquerda, capaz de prestigiar sua aliança com os revolucionários. Se estava mal-informado pela sua assessoria militar chefiada pelo General Assis Brasil, não se sabe. Se agiu conscientemente, certo de que contaria com a cobertura popular para a sua ação, só ele poderá responder.

A verdade é que, a partir do momento em que consolidou sua liderança esquerdista, o Senhor João Goulart foi radicalizando sua posição política e arrastou suas teses para os quartéis. Do outro lado, as forças oposicionistas passaram da tática política para a estratégia militar. Construiu-se, rapidamente um poderoso dispositivo militar inicialmente defensivo, para evitar que o CGT, a UNE, a Frente Parlamentar Nacionalista, os Comandos do Deputado Brizola, o Governador Miguel Arraes - o esquema da esquerda radical - pudessem dar solução prática às teses revolucionárias que defendiam.

De um lado, o Sr. João Goulart estimulou a reação de sargentos e praças, soldados e marinheiros à política tradicional das Forças Armadas, provocando um clima de indisciplina que se generalizou na Marinha sob a orientação do Almirante Aragão. A insubordinação de marinheiros e fuzileiros navais, e a solução dada pelo Presidente à crise na Armada, fazendo o Almirante Aragão retornar ao comando dos fuzileiros, pondo no Ministério um almirante identificado com o marxismo e designando o Almirante Suzano para o Estado-Maior - já encontravam, do outro lado, uma poderosa aliança de governadores do Centro-Sul, com cobertura militar do II Exército do General Krueel.

Há mais de dois meses que essa aliança estava sendo esquematizada. Ney Braga aderiu a ela quando da visita do Governador Lacerda a Curitiba. Adhemar, Lacerda e Meneghetti já estavam entendidos. Faltava a adesão de Magalhães Pinto. O próprio Lacerda a obteve, entregando ao Governador mineiro o comando-geral das forças democráticas.

Mato Grosso e Goiás foram adesões que se fizeram naturalmente, devido à situação geográfica dos dois Estados centrais e da posição ideológica de seus governadores.

Quando o Governador Adhemar de Barros afirmava que tinha condições de reagir à investida esquerdista, não estava blefando. Quando os dirigentes da esquerda radical afirmavam que a revolução estava ganha e eles já se aproximavam do Poder, estavam mentindo. Não contavam as esquerdas com a opinião pública, e o esquema adversário era tremendamente mais poderoso.

O choque pareceu inevitável no momento em que o Presidente João Goulart resolveu tornar irreversível sua posição de comandante de um esquema mal estruturado, e baseado tão-somente na sua liderança popular e nas falsas lideranças sindicais comunistas. Quando falou a sargentos e marinheiros, no dia 30 de março, atacando seus adversários e mantendo sua determinação de ir mais adiante nos seus propósitos, o Sr. João Goulart fêz, definitivamente, sua opção.

Preferiu contar com as forças populares que esperava se rebelassem em todo o País para enfrentar a reação política e militar ao seu novo govêrno, à quebra da hierarquia nas Forças Armadas e ao poder sindical representado no CGT.

Essas forças, porém, não foram suficientes para manter o Sr. João Goulart no Poder e garantir a sobrevivência de seu esquema político. Muito mais poderosas do que elas, melhor articuladas, e com apoio da opinião pública do principais Estados do País, eram as forças contrárias.

O Sr. João Goulart marchou, então, para a luta, consciente de que contava ao menos com os trabalhadores mobilizados pelos sindicatos e com a lealdade dos chefes militares à autoridade do Presidente da República. Mas os sindicatos falharam totalmente na mobilização das massas operárias, e os chefes militares viram-se na contingência - cruel para eles - de sacrificar o mandato do Chefe da Nação para evitar a desagregação das Forças Armadas, a tomada do Poder pelo esquema esquerdista radical e, quem sabe, a guerra civil no País.

O General Kruel não desejava a deposição do Presidente. O General Jair nunca a desejou. Nem o General Âncora, nem o General Castelo Branco. O Comandante do II Exército chegou a sugerir ao Presidente, no momento em que suas forças se preparavam para marchar sobre o Rio, que desarticulasse o sistema esquerdista, fechasse o CGT, normalizasse a situação na Marinha e ele, Goulart, contaria com o apoio das Forças Armadas.

Mas o Presidente disse não. Não sacrificaria seus aliados, frase que repetiria, mais tarde ao Ministro Jair Dantas Ribeiro, quando este lhe fez idêntico apelo. Estava o Presidente diante de uma opção que lhe era colocada pela quase totalidade das Forças Armadas: ou desarticulava o dispositivo de esquerda que passara a comandar, ou os generais teriam que tomar posição para defender a integridade do regime democrático que juraram defender.

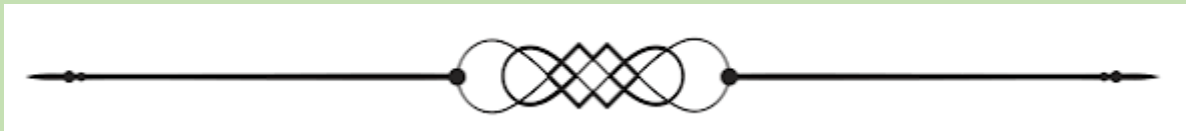
Conscientemente, o Sr. João Goulart marchou para o sacrifício. Não recuou um passo, quando poderia ter declarado a ilegalidade do CGT, reformado o comando da Marinha e mantido a prisão do Almirante Aragão, decretada pelo Ministro Silvio Mota.

E quando já se esperava o choque das forças do II Exército com as tropas da Vila Militar, que se mantinham fiéis ao Presidente, o General Jair - recusado o apelo que fêz ao Sr. João Goulart - renunciou ao posto, deixando ao Estado Maior do Exército a decisão suprema.

O Presidente pensou em resistir, mas nunca na Guanabara, onde os comandos militares agiam com extraordinária rapidez na mobilização de tropas e no encaminhamento de uma solução política para a crise.

Não tendo renunciado ao posto nos momentos decisivos da crise, o Presidente quis que se caracterizasse a sua deposição. Escolheu o seu caminho, quando teve todas as condições para contornar a crise no seu primeiro instante. Trocou o seu mandato pela liderança popular que espera exercer na faixa revolucionária que o Sr. Brizola ocupou sozinho nos dois últimos anos.

ADIRSON DE BARROS



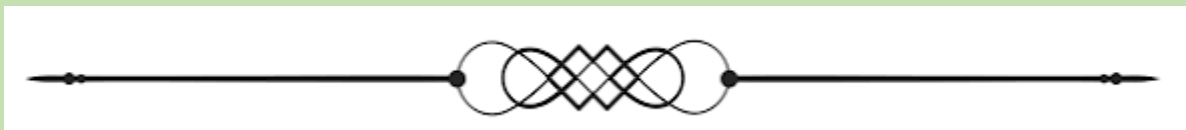
Anúncio

Em 31 de março próximo, às 2000 horas, no piso superior do Restaurante Parrilla del Sur, à Avenida Nilópolis, 111, fone **3012-7878**, um grupo de oficiais da reserva do Exército, de Porto Alegre, fará realizar um jantar comemorativo ao 53º Aniversário da Contra-Revolução Democrática de 31 de março de 1964.

O jantar será por adesão e está aberto a todos que quiserem participar.

O restaurante possui estacionamento, sem custo.

Não há necessidade de confirmação de presença.



Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis
Cel Inf EM Presidente da AHIMTB/RS

lecaminha@gmail.com

www.ahimtb.org.br

www.acadhistoria.com.br